

REFLEXÕES SOBRE AS MUDANÇAS SOCIAIS MOTIVADAS PELO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: a necessidade de instituir uma reflexão ética na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

REFLECTIONS ON THE SOCIAL CHANGES MOTIVATED BY TECHNOLOGICAL DEVELOPMENT: the need to establish an ethical reflection on the use of Information and Communication Technologies

André Anderson Cavalcante Felipe *

RESUMO

Reflexão ética na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Discute o progresso do desenvolvimento tecnológico, desde sua ascensão na sociedade moderna até os dias atuais, evidenciando a repercussão das TIC no cotidiano dos indivíduos. Com base na pesquisa bibliográfica e documental, o artigo objetiva dispor reflexões sobre a necessidade de uma ética na utilização das TIC, tendo em vista, o desenvolvimento do ser humano, da sociedade e da natureza. Examina as relações sociais humanas, mediante as mudanças do espaço e tempo, motivadas pela velocidade tecnológica, constatando que a efemeridade e a instantaneidade passam a influenciar, de certo modo, o comportamento humano. Os resultados apontam que a inserção das TIC no cotidiano social dos indivíduos apresenta-se na sua grande maioria, destituída de uma perspectiva crítica que promova um repensar da sua função para o exercício da cidadania e o bem-estar social. Como conclusão, ressalta a necessidade de uma reflexão ética da utilização das tecnologias, com o intuito de rever sua atuação na sociedade enquanto alternativa de melhoria social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Tecnológico. Sociedade Contemporânea. Tecnologias da Informação e Comunicação. Reflexão Ética. Cidadania.

ABSTRACT

Ethical reflection on the use of Information and Communication Technologies (ICT). Discusses the progress of technological development, since its rise in modern society to the present day, showing the impact of ICT in daily life. Based in the bibliographical and documentary research, the paper aims to provide reflections on the need for ethics in the use of ICT in order, the development of human beings, society and nature. Examines the human social relations, through the changes

of space and time, motivated by the speed technology, noting that the immediacy and ephemerality are influencing in some way, human behavior. The results show that the inclusion of ICT in everyday social life of individuals is presented in the most part, devoid of a critical perspective that promotes a rethinking of its role for the exercise of citizenship and social welfare. As conclusion, emphasizes the need for an ethical use of technologies in order to review its role in society as an alternative for social improvement.

Keywords: Technological Development. Contemporary Society. Information and Communication Technologies. Ethical Reflection. Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias estão presentes no universo humano desde as primeiras tentativas do homem em representar suas ações, buscando registrá-las e torná-las visíveis aos seus semelhantes. A linguagem verbal (signos linguísticos compreendidos por um grupo social), e a linguagem não verbal (pinturas, gravuras, esculturas etc.), destacam-se com uma das principais tecnologias desenvolvidas pelo homem, presentes até hoje.

Segundo Beltrão (1987, p. 63) a linguagem simbólica é o material básico que o homem dispõe para “planejar sua própria atividade mental e social, não só o instrumento de pensar, criar, organizar e regular em seu íntimo, mas como o meio de transmitir e assimilar a experiência sociocultural da humanidade”.

Pode-se dizer que os primeiros indícios tecnológicos na humanidade estão relacionados ao registro e transmissão de informações, oriundo dos resultados de eventos como o crescimento proporcional dos indivíduos e a complexidade de suas relações em sociedade. Essas tecnologias possibilitaram o remanejamento, ou seja, a locomoção do conhecimento registrado.

Não existem estudos precisos sobre a origem do desenvolvimento tecnológico, todavia, sabe-se que sua influência esta presente na sociedade há séculos “criando e alterando convicções, modificando hábitos, gerando leis, provocando acontecimentos, ampliando de forma permanente e contínua as fronteiras do conhecimento” (TARGINO, 2000, p. 2).

A importância do desenvolvimento tecnológico para a sociedade é notória, contudo, existem reflexos negativos de sua utilização na sociedade vistos até hoje. São exemplos: a desigualdade social, a fome, a miséria, entre outros. Isso atesta que as tecnologias não podem ser concebidas como única solução para os problemas sociais emergentes de forma autônoma e desprovida de outras políticas básicas para sua efetivação com qualidade.

Para que a sociedade não receba os efeitos nocivos dos avanços tecnológicos, faz-se necessário instituir uma concepção ética capaz de dispor diretrizes para construir uma sociedade igualitária, utilizando os avanços da Ciência & tecnologia em benefício da grande maioria dos cidadãos.

Dessa forma, com base na pesquisa bibliográfica e documental, o artigo tem como objetivo analisar as mudanças ou tendências sociais ocasionadas pela Ciência & Tecnologia, para dispor reflexões sobre a necessidade de uma ética na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tendo em vista, o desenvolvimento do ser humano, da sociedade e da natureza.

2 UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: da modernidade à pós-modernidade

O ápice do desenvolvimento tecnológico na história da humanidade tem início com declínio do Absolutismo e na ascensão do Iluminismo, movimento filosófico que tem uma dimensão literária, artística e política, caracterizada pela defesa da ciência e da racionalidade científica, contra a fé, a superstição e o dogma religioso (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

A revolução científica iniciada pelo Iluminismo orienta o surgimento da sociedade moderna, através da utopia da ciência, com base teórica no Racionalismo de Descartes e no Empirismo de Bacon. Posteriormente, essas teorias são transformadas em ideologia por Augusto Comte através do Positivismo.

Entendem-se ideologia e utopia como situações antagônicas desenvolvidas pela sociedade através da sucessão de eventos históricos, onde, a primeira implica a conservação e a confirmação da realidade existente; e a segunda preconiza a subversão e destruição da realidade existente (SERRA, 1998).

A ideologia “se reporta à fundação de uma ciência da gênese das ideias, que no final das contas teria como objeto as próprias ideias” (PESSOTO; SOBREIRA, 2007, p. 61); já a utopia se define como “uma ficção que apresenta mundos possíveis, mas não reais, indo mais longe do que a ficção convencional, pois, estica os limites do possível para incluir o que parece impossível ou improvável” (FIRMINO, 2006, p. 20).

A ideologia estrutura as ações que os indivíduos exercem em sociedade, orientando as relações de poder, de conduta moral, etc.; diferente da utopia, que está diretamente aplicada ao fato de exercer o fomento de algo, ou seja, a tentativa de criar ou repensar uma realidade.

Serra (1998) reforça a ideia de que a ideologia tem uma função integradora e a utopia tem uma função subversiva. Sem a primeira, nenhuma sociedade poderia manter-se e sem a segunda, nenhuma sociedade ou grupo social poderia evoluir.

A ideologia é sempre uma tentativa de justificar e legitimar o poder, enquanto a utopia é sempre uma tentativa de substituir o poder por outra coisa qualquer. As fronteiras entre elas são difíceis de estabelecer, contudo, uma não existe sem a outra.

A ideologia e utopia não podem ser vistas dissociadas do conjunto de interações e transações existentes na sociedade, além disso, deve-se ter consciência de que todas as utopias envolvem efeitos perversos e não previstos chamados de distopias (SERRA, 1998).

A perspectiva ideológica do desenvolvimento tecnológico baseada no Positivismo legitima a ascensão da sociedade industrial, responsável por uma série de transformações nos aspectos econômicos, culturais, políticos, educacionais e científicos.

O capitalismo ganha forma e força, promovendo duas contradições antagônicas, de um lado, o desenvolvimento das indústrias o aumento de capital devido à produção crescente de bens de consumo, o aumento das riquezas dos industriais; do outro, a miséria, refletida nas condições de vida deploráveis dos trabalhadores detentores da força de trabalho.

A Ciência & Tecnologia passam a ser legitimadas e começam a progredir com o a racionalidade, passando a ser o fundamento da humanidade e da sociedade. Elas garantem ao sujeito a posse da verdade e do saber sobre a natureza, entendida como algo calculável, suscetível a ser manipulada, medida e dominada.

Diante dos avanços sociais, a Ciência & Tecnologia se concretizam como ideologia, remodelando a sociedade que sai da condição capitalista liberal, para a condição intervencionista estatal.

Com isso, a tecnocracia começa a evoluir na sociedade, pois, a política adquire um novo conceito, tendo como base os fins práticos, centrando-se na atividade do estado interventivo e regulador (SERRA, 1998).

A tecnocracia é definida como um sistema social alternativo baseado na Ciência & Tecnologia. Segundo Serra (1998), ela é uma tendência para organização da sociedade, onde a economia e a política passam a serem orientadas sobre uma égide científica e tecnológica, tendo como representantes, os profissionais relacionados à ciência.

Os indícios da tecnocracia na sociedade se instauraram de forma mais veemente com a reforma do capitalismo após a revolução industrial, quando a ordem pública forneceu um bem-estar social para o cidadão que se encontrava a margem. “A igualdade de direitos políticos econômicos e sociais são as pseudo melhorias oferecidas para os trabalhadores tornando-os satisfeitos e motivando-os a não aderirem a revoluções contra o sistema capitalista” (SERRA, 1998, p.35).

Posteriormente, as indústrias da cultura e os meios de comunicação mediados pelas TIC surgem como ferramentas utilizadas pela sociedade para promover uma mudança dos valores sociais principalmente no que tange ao aspecto cultural, oferecendo aos indivíduos uma condição de bem e consumo de rentabilidade transformando-a em mercadoria (ADORNO 1971 apud FRAITAG 1986).

A manipulação das massas sociais pela TIC, em especial pela mídia, passa a ser um recurso utilizado pela elite dominante para ludibriar e domesticar. Outro sim é a mudança

da perspectiva política da sociedade, que adquire conceitos voltados a fins práticos, centrando-se na atividade do estado interventivo e regulador (SERRA, 1998).

Baseados na tecnocracia surgem os estados com regimes autoritários e imperialistas, como por exemplo: o Comunismo, o Nazismo, o Fascismo, entre outros. Esses estados são regidos de forma a se valer do controle do desenvolvimento tecnológico, utilizando-o conforme seus ideais de dominação e desenvolvimento.

Em contra partida, surgem vários movimentos sociais e culturais de crítica aos caminhos trilhados pela sociedade, dentre eles, a Escola de Frankfurt destaca-se como um dos principais representantes da crítica a razão científica e do uso das tecnologias no meio social, enfatizando a necessidade de reflexão, para que o homem não corra o risco de ficar refém da tecnologia, perdendo a condição de sujeito revolucionário para a máquina.

Conforme o pensamento de Freitag (1986), as críticas levantadas pelos intelectuais frankfurtianos podem ser observadas em três momentos: a criação do instituto de pesquisa social (1923-1932); o período de emigração para os estados unidos (1933-1950); e a reconstrução do instituto de pesquisas sociais em Frankfurt (1950-1970); para depois elucidar o desenvolvimento e enfoques da teoria crítica nesses períodos.

Na primeira fase as produções desenvolvidas analisaram a estrutura capitalista da sociedade e a reação da classe operária quanto a essa estrutura. Posteriormente, as pesquisas desenvolvidas começam a vislumbrar outras áreas como a psicologia social, efetivando estudos sobre a personalidade da classe operária, família, estado e religião (FREITAG, 1986).

A segunda fase é marcada pela utilização da filosofia dialética nas produções desenvolvidas. Segundo Freitag (1986) as

publicações exemplificam as diferenças entre a teoria crítica e a teoria tradicional, ou seja, da constatação da morte da teoria da razão libertadora de Kant, diante das relações de produção capitalista que dá margem ao mito da modernidade.

O terceiro momento representa um repensar das atividades exercidas pela Escola de Frankfurt, motivado principalmente por, Habermas, que dá início a teoria da ação comunicativa, elaborando o conceito de razão como um “procedimento argumentativo onde dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, à justiça e a autenticidade [], atuando como ponto de interseção do mundo objetivo das coisas, do mundo social das normas e do mundo subjetivo dos afetos” (FREITAG, 1986, p. 61).

Apesar das alterações sofridas pela Escola de Frankfurt, durante suas três importantes fases, o pensamento de libertar a humanidade do jugo da repressão, da ignorância e da inconsciência foi seu viés primário, estando presente em todas as fases.

A Escola de Frankfurt foi pioneira em estabelecer uma teoria crítica das implicações civilizatórias da tecnologia sobre a sociedade, mais particularmente no plano da cultura e da personalidade. Ela é preconizadora de uma série de outros estudos e abordagens críticas da tecnologia.

Em maio de 1968 eclode um apanhado de manifestações culturais na Europa, contra a privação da consciência e da autonomia dos indivíduos, com o objetivo de buscar autonomia frente ao sistema social, e de garantir e preservar as diferenças. O movimento teve início na França e posteriormente em outros países da Europa e do mundo.

Para Matos (1989), as manifestações de maio de 68, representaram uma crítica global à sociedade na busca pela subjetividade e espontaneidade da consciência humana. A

recursa da política, da moral, das guerras e do mundo burocratizado constitui-se como as principais temáticas defendidas pelo movimento cultural desse período.

O pós-modernismo começa a dar sinais de existência embalados por estes movimentos culturais e por acontecimentos que acarretaram mudanças para sociedade nos seus vários âmbitos, como a bomba de Hiroshima, a descoberta do micro chip, a explosão e saturação das informações, etc.

Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950). Ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 50. Toma corpo com a arte Pop nos anos 60. Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70, como crítica da cultura ocidental. E amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência e tecnologia invadindo o cotidiano com desde alimentos processados até microcomputadores), sem que ninguém saiba se é decadência ou renascimento cultural (SANTOS, 1990, p. 7-8).

Na pós-modernidade o culto as contradições ao presente, ao prazer, ao consumo e ao individualismo são fatores comuns e cada vez mais presentes. Os meios de comunicação criam tendências, modas, gostos musicais e artísticos, na tentativa de refazer os modos de vida das pessoas.

3 A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

As TIC instauram-se como um dos principais motivos de ascensão do capitalismo, pois, promovem mudanças impactantes sobre a cultura dos indivíduos, reorientando os aspectos sociais, econômicos, políticos e científicos da sociedade dessa época.

As TIC podem ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. As TIC são utilizadas das mais diversas formas, na indústria (no processo de automação), no comércio (no gerenciamento, nas diversas formas de publicidade), no setor de investimentos (informação simultânea, comunicação imediata) e na educação (no processo de ensino aprendizagem) (PACIEVITCH, 2009).

As TIC estabelecem novos desafios, produzindo novas necessidades nos quesitos voltados para a construção social do indivíduo. Para Pierre Lévy (1993), as TIC são definidas como sendo tecnologias intelectuais por abranger não somente os dispositivos tecnológicos, mas também, o sistema cognitivo humano, o pensamento e a percepção que o indivíduo tem ao entrar em contato com as interfaces.

As interfaces são definidas como dispositivos que garantem a comunicação entre dois sistemas informáticos distantes, ou um sistema informático e uma rede de comunicação, presentes em larga escala na internet.

A internet se caracteriza como um meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, sendo caracterizado por uma infraestrutura que viabiliza a comunicação digital, um espaço que abriga um universo ilimitado de informações e possibilita que os seres humanos navegar e se alimentar desse universo informacional (LÉVY, 1999).

Atualmente, as TIC promovem o controle de um estoque significativo de informações, além de garantir sua veiculação, bem como, meios de acesso e uso.

O telefone celular e a *internet*, símbolos da interconectividade, passam a ser condição de felicidade. O homem volta a ser reexibindo a sua intimidade com a

mercadoria ou identificando-se com os novos ícones, os heróis da mídia eletrônica, transformados eles mesmos em mercadoria ou identificados com marcas globais. [...] Nunca a tirania das imagens e a submissão ao império das mídias foram tão fortes. A vida nas sociedades contemporâneas apresenta-se como uma imensa acumulação de espetáculos. [...] Às grandes massas excluídas da sociedade global só resta o identificar-se por meio do espetáculo global, instantâneo e virtual. Programas de auditório substituem os tribunais, propiciando julgamentos e processos públicos de conciliação; e garantem, como na loteria, a esperança do resgate da exclusão através da visualização do prêmio do outro, ou o sonho do seu fugaz minuto de glória (DUPAS, 2001, p. 119).

Tal realidade contribui para o surgimento de uma reformulação social, sob o ponto de vista espacial e temporal, a partir da *velocidade* tecnológica que assume um papel determinante para a ascensão de três questões almejadas por qualquer sociedade: o poder, o capital, e as forças armadas, alçando uma corrida tecnológica de investimento em velocidade, pois, a partir a sociedade mais veloz deterá lucro, poder armamentista e status hegemônico (VIRILIO, 1993).

O tempo na sociedade atual perde sua categoria universal e ganha uma interpretação cultural. A distância atemporal passa a ser medida pela velocidade tecnológica, por espaços que se confundem, num processo de onipresença.

O espaço e o tempo da modernidade se organizam em sistemas rígidos aos olhos dos quais a natureza, a livre abundância das espécies vivas, o funcionamento flexível dos ritmos biológicos naturais são cada vez mais desprezados, degradados e desqualificados (CHESNEAUX, 1996, p. 26).

As TIC permitem que o sujeito possa estar em vários lugares momentaneamente, assim como, possa se comunicar com diversas pessoas em tempo real em qualquer lugar no mundo. Tal situação pode ser vista sob duas óticas diferenciadas, uma com um viés positivo e outra com um viés negativo.

Para Virilio (1993), esse processo promove ao sujeito uma dificuldade de manter um pensamento nexos com começo, meio e fim. É comum ver traços dessa realidade em músicas, filmes, entre outros. Tem-se uma consciência do tempo devido as suas interrupções e assim passa-se a ter uma fragmentação da realidade histórica.

Segundo Baudrillard (1990), estamos inseridos num processo social regido pelas TIC que culminará na perda da diferença entre os homens, ou seja, um processo de homogeneização que incide na perda das suas singularidades. A sociedade torna-se vítima do excesso de informação, que viabiliza um processo de estetização que afeta todos os preâmbulos sociais em contra partida da falta de criticidade.

Há de salientar que existe um processo crescente no meio social que está relacionado a fatores como a falta de espaços políticos que permitam a grande população, voz ativa sobre as políticas empregadas para a sociedade.

4 UMA REFLEXÃO ÉTICA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Atualmente, presencia-se uma crise social motivada dentre outros fatores, pelo desenvolvimento tecnológico desprovido de uma ética que viabilize reflexão e maior participação dos indivíduos nas tomadas de decisões a cerca da utilidade das tecnologias no meio social, de modo que sua aplicabilidade proporcione melhorias a todos

sem distinção, assim como estabeleça respeito à natureza (DUPAS, 2001).

O aumento considerável de patologias sociais como o egocentrismo, o individualismo, o consumismo, o modismo, a desigualdade social, etc., são possíveis exemplos dessa crise.

Na pós-modernidade, a utopia dos mercados livres e da globalização tornam-se a referência. Mas o vazio e a crise pairam no ar. Sente-se um mundo fragmentado, seu sentido se perdendo nessas fraturas, com múltiplos significados, orientações e paradoxos. Juntas, ciência e técnica não param de surpreender e revolucionar. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Mas esta ciência vencedora começa a admitir que seus efeitos possam ser perversos. Ela é simultaneamente hegemônica e precária. Nesse mundo de poder, produção e mercadoria, o progresso traz consigo desemprego, exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. O mundo da *performance* cultua o otimismo. Nada mais parece impossível. Por outro lado, cresce o sentimento de impotência diante dos impasses, da instabilidade, da precariedade das conquistas. A opacidade do futuro parece impenetrável (DUPAS, 2001, p. 16-17).

Conforme o pensamento de Virilio (1993) a estrutura política da contemporaneidade, não exerce sua função, de forma que a democracia está sendo modelada, ou ditada pela técnica, pela velocidade. Isso acarreta uma série de prejuízos aos indivíduos, pois a fragmentação proporcionada pela rapidez tecnológica, pelo investimento do novo sobre o novo está proporcionando um imobilismo social onde a grande maioria não percebe tal alienação.

Tal modelo é fruto de uma política fragmentada que não admite um tempo para maturar-se e que investe no potencial

tecnológico como a solução para a problemática social. Entretanto nenhuma tecnologia é isenta de problemas e isso nos faz repensar qual o seu verdadeiro papel na sociedade.

Contudo, enquanto as verdadeiras políticas não se concretizam, nós devemos reagir frente à realidade vigente, que mostra uma sistematização das atividades humanas, tendo as TIC como mediadoras desse processo.

Devemos ter em mente que as tecnologias respondem ao interesse da sociedade que a sociedade define, embora, grande parte da população seja impossibilitada de exercer cidadania e decidir os caminhos tecnológicos a serem percorridos em prol de melhorias que contemplem a todos os indivíduos sem exceção.

Entende-se cidadania como um *status* concedido àqueles que são elementos integrais de uma comunidade, e que possuem direitos e obrigações iguais pertinentes ao status (TARGINO, 1991).

Rezende Filho e Câmara Neto (2009) acrescentam que a prática da cidadania é caracterizada por uma grande variedade de atitudes, que se integram para possibilitar aos sujeitos os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros, mediante as suas relações com a sociedade.

Dessa forma, exercer cidadania exige mais do que o simples ato de votar ou de pertencer a uma sociedade política, os valores éticos são inevitáveis para que os sujeitos possam exercer seus direitos e deveres no convívio social de forma crítica.

Pensar em ética na contemporaneidade requer entender como ela poderá responder aos desafios estabelecidos pelas TIC na vida cotidiana dos sujeitos sociais.

A promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça, ou esta se associou àquela de forma indissolúvel. [...] Nenhuma ética tradicional nos instrui, portanto, sobre as normas do 'bem' e do 'mal' às quais se devem submeter às modalidades inteiramente novas do poder e de suas criações possíveis. O novo continente da práxis coletiva que adentramos com a alta tecnologia ainda constitui, para a teoria ética, uma terra de ninguém (JONAS, 2006, p. 21).

Segundo o autor, as éticas tradicionais não estão mais habilitadas a enfrentarem esses desafios, por serem tradicionais e antropocêntricas, sendo necessária a edificação de uma ética nova, que oriente o homem a agir “de tal maneira que os efeitos de tua ação não sejam destruidores da futura possibilidade de vida humana” (JONAS, 2006, p.40).

Tal prerrogativa se fundamenta pelo fato de estarmos inseridos num contexto social onde as TIC representam um poder, que pode ser usado de modo destrutivo, repressivo e alienador, sendo a ética um recurso inevitável para nortear os atos humanos, em especial no viés político, tanto no plano individual quanto no plano coletivo; e no viés tecnológico, no que tange a criar condições e competências para uso da tecnologia, visando melhorias para a sociedade como um todo.

Quando mais necessitamos de sabedoria é quando menos acreditamos nela. Quando, pois, a natureza nova do nosso agir exige uma nova ética de responsabilidade de longo alcance, proporcional à amplitude de nosso poder, ela então também exige, em nome daquela responsabilidade uma nova espécie de humildade – uma humildade não como a do passado, em decorrência da pequenez, mas em decorrência da excessiva grandeza de nosso poder, pois há um excesso do nosso poder de fazer sobre o nosso poder de prever e sobre o nosso poder

de conceder valor e julgar (JONAS, 2006, p. 63).

Aparentemente não há outro caminho para uma ética de sobrevivência planetária que não passe por uma incorporação da responsabilidade para com o futuro. A ética aqui significa a ilimitada responsabilidade por tudo que existe e vive. Comportamento ético é responsabilidade para com o mundo, num sentido agora muito mais amplo (ALENCASTRO; HEEMANN, 2012).

Jonas (2006) sugere uma nova dimensão para a responsabilidade ética, que seja capaz de interagir com novas ordens de grandeza em termos de consequências futuras para a ação humana.

Deve-se ter responsabilidade para com uma humanidade que ainda não existe, é ser responsável por outras pessoas que ainda estão por nascer e que, por conta disso, não podem reivindicar para si um ambiente saudável para viver. Não é uma relação de reciprocidade, tal como prescrito nas éticas tradicionais. O dever para com os descendentes é muito profundo e só pode ser entendido quando se compara com o que as éticas tradicionais sugerem no caso dos deveres dos pais para com os filhos, um dever de total entrega e não reciprocidade para com o outro (JONAS, 2006, p. 83).

A proposta de Jonas (2006) não trata da transformação do homem através da transformação das relações sociais, mas sim, da preservação da essência humana diante dos percalços desmedidos do seu próprio poder; uma ética que, “em última análise, não teria seu fundamento nem na autonomia do eu nem nas necessidades da sociedade”, mas sim em uma atribuição objetiva por parte da natureza do todo (ALENCASTRO; HEEMANN, 2012).

Para o exercício de uma responsabilidade ética quanto ao uso TIC, primeiramente deve-

se entender a relação entre homem, técnica e natureza de forma holística, ou seja, intrínseca entre ambas as partes, onde todas exercem importância de igual valor, de modo que a superavaliação de uma, prejudica a todas.

Tudo ao nosso redor é eloquente, tudo nos interpela, tudo desenvolve, cria e compõe em nós o pensamento. Não pensamos sozinhos. Os outros seres, as coisas e os artefatos estão presentes em nossos juízos e hoje, de forma bastante expressiva, reivindicam, mais do que nunca, seu lugar num universo repleto de complexidades. O pensamento humano é o resultado da linguagem, da etnia, dos objetos técnicos, da natureza, ou seja, de toda uma infinidade de elementos presentes na vida de uma determinada sociedade. Trata-se de um sistema cognitivo formado por atores múltiplos e diferenciados, concebido como fora do alcance de uma vontade individual. Seres e coisas, natureza e cultura se afetam continuamente, sem lugar para essências. O mundo material e visível – o que comumente conhecemos por natureza – não se situa num recanto expurgado das emoções e das ideias, mas antes ajuda a compor nosso universo subjetivo, sendo também por ele influenciado e redefinido (PINHO NETO, 2008, p. 8).

É preciso ter consciência que a culpa da problemática social referente à fragmentação das ações humanas, não pode ser atribuída somente as TIC, afinal, elas não premeditaram isso de forma autônoma, ou seja, são os indivíduos que a utilizam para promoverem seus interesses, e acabam esquecendo-se de premissas básicas com sustentabilidade, qualidade de vida, trabalho, educação, entre outros.

Tudo se dá desta forma num híbrido. Não existem objetos técnicos puros, ou tecnologias desprovidas de humanidade, pois estes envolvem em suas operações um grande número de humanos e não humanos, bem como todo um conjunto

de coisas, de instituições, de grupos políticos, de ordenações econômicas, de crenças ideológicas, artefatos, máquinas etc. Assim, não podemos falar da existência de numa suposta natureza imanente do humano, capaz de ser pilhada pelas novas tecnologias; isto faz ruírem os tão temidos cenários catastrofistas de uma substituição do real pelo virtual tecnológico, questão recorrente no que diz respeito à grande parte das críticas hoje dirigidas às tecnologias da informação e comunicação (PINHO NETO, 2008, p. 5).

Daí, o controle total da tecnologia sobre a humanidade não adquire maior proporção, devido à natureza polissêmica e mutante dos sujeitos, que reinterpreta e re-interagem de forma individual e dialógica com as informações e conhecimentos em sua volta.

“Existirão sempre possibilidades de agir no sentido de aproveitar brechas, de desviar, de reverter o objetivo de determinado aparelho técnico, mesmo que tal tecnologia já tenha sido pensada e elaborada com finalidades espúrias” (PINHO NETO, 2008, p. 9).

Dupas (2001, p. 120) enfatiza o posicionamento exposto à cima quando afirma que,

a tecnologia é uma produção do livre-arbítrio do homem e de sua cultura, informado por seus valores e éticas. O vetor tecnológico pode ter o rumo que a sociedade humana desejar, se for capaz de organizar-se em função dos interesses da maioria de seus cidadãos. É preciso, pois, aprofundar a discussão a respeito do papel indutor e regulador do Estado, isto é, se cabe a ele – ou à sociedade civil através dele – definir padrões éticos que condicionem a aplicação das técnicas e o exercício de hegemonias delas decorrentes. A busca de uma nova hegemonia da sociedade civil sobre a qual seja possível reconstruir um Estado apto a lidar com os desafios da sociedade pós-moderna pressupõe rever a ideia de progresso,

sem abrir mão de que os povos devam ter direito aos benefícios da ciência e das técnicas.

Desse modo, para haver uma repercussão positiva do uso das TIC na sociedade, visando possibilidades uma funcionalidade no meio social, faz-se necessário a disponibilização espaços políticos de discussões na internet assim como o uso de seus recursos. Dessa forma, a sociedade adquirirá uma consciência crítica e reflexiva sobre os recursos tecnológicos disponibilizados e assim utilizá-los em seu benefício.

Uma ética do uso da tecnologia deve ser acompanhada de uma reflexão crítica com respeito à estrutura de poder da sociedade e daquelas esferas políticas, em cujo seio, as decisões são tomadas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, M.; HEEMANN, A. **Hans Jonas**: as bases filosóficas para uma ética da sustentabilidade. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/mario_ademar_hansjonas.pdf>. Acesso em: 17 maio 2012.

BAUDRILLARD, J. **A Transparência do Mal**: Ensaio sobre os fenômenos Extremos. Petrópolis, Vozes: 1990.

BELTRÃO, L. **Teoria geral da comunicação**. 3.ed. Brasília: Thesaurus, 1987. P. 63-92.

CHESNEAUX, J. **Modernidade-mundo**. 2. ed. Petrópolis, Vozes: 1996.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. 2 .ed. São Paulo, Unesp: 2001.

FIRMINO, C. A utopia morreu. Viva a utopia? Da necessidade de um novo paradigma utópico. **Revista dos Algarves**, Faro (Portugal), n. 14, p.18-25, Jan./Jul. 2006.

FREITAG, B. **A Teoria Crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: 2001.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MATOS, O. C. F. **Paris 1968**: as Barricadas do Desejo. 3. ed. São Paulo Brasiliense: 1989.

PACIEVITCH, T. **Tecnologia da Informação e Comunicação**. 2009. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>>. Acesso em: 17 maio 2012.

PESSOTO, U. C.; SOBREIRA, A. Mídia e Ideologia: uma leitura crítica. **Revista Formação**, Marília - SP, v.2, n.14, p.61-69, Ago./Dez. 2007.

PINHO NETO, J. A. S. As novas tecnologias da informação e comunicação diante da transversalidade entre natureza e cultura. **Culturas Midiáticas**, v. 1, p. 09-188, 2008.

REZENDE FILHO, C. B.; CÂMARA NETO, I. A. **A evolução do conceito de cidadania**. 2001. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2012.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno?** 5 .ed.São Paulo Brasiliense: 1990.

SERRA, J. P. **A informação como utopia**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, série Estudos em Comunicação. 1998.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n, 2, p. 37-85, 2000.

VIRILIO, P. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

Dados sobre Autoria

*Mestre em Ciência da Informação pela
Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: andreandersonf@gmail.com

Artigo enviado em janeiro de 2012 e aceito em
dezembro de 2012.